

EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO: A busca por uma formação própria para os docentes do Campo.

– VALORIZANDO A CULTURA E OS SABERES DOS POVOS CAMPESINOS.

Esle Gomes Nogueira.¹

Angela Maria Gonçalves de Oliveira.²

INTRODUÇÃO

O conceito de Educação do Campo está relacionado à compreensão de práticas e políticas educacionais voltadas para a população do campo, ainda que iniciativas ocorram em contextos diferentes ou recebam outras denominações, mantendo sempre sua conexão com a realidade que a originou. De acordo com Caldart, (2012 p. 263), “A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido”. Nesse sentido, faz-se necessário a efetivação de uma educação com e para as populações campesinas e, para isso, precisa de políticas específicas de formação docente.

Este trabalho surge como uma proposta de produção do conhecimento através do Mapeamento das instituições de ensino superior na Região Norte que oferecem o curso de graduação em Licenciatura Escolar do Campo, ou similar.

METODOLOGIA

Adotamos como procedimentos metodológicos a revisão de literatura sobre a temática afim de melhor apropriação acerca do tema.

Para identificarmos como a formação para professores do campo é pensada na Região Norte, fizemos o mapeamento em sites de Instituições de Ensino Superior – IES, da Região, sobre a existência de cursos de graduação para a formação de docentes para atuação em escolas do campo.

Nos sites das IES, buscamos por cursos de Graduação em Licenciatura Escolar do Campo; Licenciatura em Educação do Campo; Pedagogia do Campo.

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas UFAM, no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA.

² Docente da Universidade Federal do Amazonas UFAM, no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Iniciamos este trabalho conceituando a diferença entre Educação Rural e Educação do Campo. Costa e Cabral (2016) relatam que historicamente, a Educação Rural serviu como um mecanismo de subordinação, alienação e perpetuação de relações de poder. A Educação do Campo, ao contrário, se diferencia ao priorizar o protagonismo dos camponeses, a conscientização humana e a formação integral do estudante do campo, desafiando as ideologias de subordinação do campo à educação urbana.

Educação do Campo “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. (Hilário, 2010, p.19). De acordo com Neto (2010, p.161)

A luta pela educação do sujeito que vive no e do campo inicia-se na década de 1980, com o surgimento e organização do MST, mas o início de uma tentativa de “articulação” por um projeto de educação do campo, que derivaria em um “Movimento por uma Educação do Campo”, deu-se no âmbito da I CNEC – Primeira Conferência Nacional de Educação do Campo, organizada pelo MST, em conjunto com a UNB, CNBB e UNICEF, em Brasília, no mês de julho de 1997.

Os Movimentos Sociais possuem uma relação direta com a luta pela Educação do Campo: “Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores.” (Caldart, 2012, p.263)

Em se tratando da formação de professores para atuarem nas escolas do campo, Rocha e Martins (2013) relatam que há necessidade de uma formação mais ampla para esses profissionais, devido à diversidade de aspectos educativos presentes nessa realidade. Os autores destacam a demanda por um modelo de formação diferente do predominante nas universidades brasileiras, que se concentra em licenciaturas disciplinares. Argumentam que esse modelo não permite que o educador intervenha globalmente ao processo de formação dos alunos e que apenas o curso de Pedagogia não prepara adequadamente o educador para coordenar o processo de formação nos últimos anos de ensino fundamental e ensino médio, carecendo, portanto, de uma formação específica aos professores que atuam, ou atuarão, em escolas do campo, ou seja, uma educação multidisciplinar na Educação do Campo.

Essa necessidade de formação específica, está respaldada legalmente na Resolução N° 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 que estabelece diretrizes complementares,

normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, no art.7º, afirmando que:

A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades (Brasil, 2008).

Este artigo deixa claro a importância de considerar as especificidades do campo nas formações pedagógicas.

A fim de identificar os cursos de graduação específicos para professores do campo, realizamos o mapeamento nas IES públicas federais da Região Norte sendo: UFAM, UNIR, UNIFAP, UFAC, UFT, UFNT, UFRR, UFPA, UNIFESSPA, UFOPA, UFRA. Desses estados, somente 4 possuem o curso de Licenciatura em Educação Escolar do Campo ou similares, estando distribuídos em 6 Universidades Federais apresentados no quadro a seguir:

QUADRO 1: IES da Região Norte onde possui curso de Licenciatura em Educação Escolar do Campo ou similares.

Estado	Universidade	Campus	Curso
RO	UNIR	Rolim de Moura	Licenciatura em Educação do Campo
RR	UFRR	Sede – Boa Vista	Licenciatura em Educação do Campo
PA	UFPA UNIFESSPA	Abaetetuba Altamira Cametá Marabá	Licenciatura em Educação do Campo
TO	UFT UFNT	Arraias Tocantinópolis	Licenciatura em Educação do Campo

Fonte: elaborado pela autora com base no *Ministério da Educação, campos de atuação nas IES.*

Através do mapeamento constatou-se que a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), não oferta o curso de Licenciatura de Educação do Campo em nenhum dos seus seis institutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento realizado e estudo dos Projetos Pedagógicos do Curso identificamos as seguintes características nos cursos encontrados:

O Curso de Rolim de Moura no estado de RO mostra que o curso de Licenciatura em Educação do Campo é oferecido no regime de alternância

possibilitando aos discentes camponeses deslocar-se para a sede do município para as aulas teóricas, enquanto as aulas práticas são desenvolvidas no próprio espaço de trabalho e moradia. O público a que se destina é composto por assentados e acampados da reforma agrária, ribeirinhos, pequenos agricultores, remanescentes de quilombolas, indígenas, seringueiros, pescadores, “pequenos produtores”, assalariados rurais, dentre outros camponeses, constituindo-se em dois tempos educativos: O Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC) funcionando num sistema de semi-internato. A carga horária mínima é distribuída em 3.820h obrigatórias e 80h optativas, dando um total de 3.900 horas.

O curso ofertado em Boa Vista-RR relata que o profissional pode atuar como docente em séries finais no Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como na modalidade Educação de Jovens e Adultos das escolas do campo, podendo atuar em espaços educativos formais e não-formais.

Os cursos em Abaetetuba, Altamira e Cametá no Pará afirmam que ambos têm duração de 4 anos, 8 períodos semestrais. Ainda no estado do Pará, no município de Marabá, a matriz curricular do curso estabelece que o desenvolvimento e organização do processo formativo ocorre através de três núcleos distintos e inter-relacionados, abrangendo momentos de estudo comuns, de estudo específicos e de livre aprofundamento de conhecimentos.

Em Arraias, no estado de Tocantins, as atividades que constituem o Tempo Comunidade são realizadas no espaço cotidiano do estudante para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de Tempo Universidade, mediante discussões e socializações no município de Arraias e no Tocantins. No campo de Tocantinópolis, também em Tocantins, o curso busca uma formação contextualizada na área de Linguagens e Códigos - Artes e Música, em turno integral.

A partir dessas análises, é possível compreender que o curso de Licenciatura em Educação do Campo é construído e organizado considerando as realidades e especificidades dos povos do campo e que uma vez sendo oferecido no regime de alternância, valoriza o protagonismo dos estudantes e proporciona um ensino que busca articular teoria e prática de maneira contextualizada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2008. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 6 de jan. de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Universidades Federais. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/universidades-federais>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- COSTA, Maria Lemos; DE OLIVEIRA CABRAL, Carmen Lúcia. **Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 1, n. 2, p. 177-203, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/2763/9296> acesso em: 19 de nov. de 2024.
- HILÁRIO, Erivan. **Educação do campo: semiárido, agroecologia, trabalho e projeto político pedagógico**. Santa Maria da Boa Vista, PE, set, 2010. Acesso em 18 de nov. de 2024.
- MARTINS, Aracy Alves; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Autêntica, 2013. Acesso em: 17 de jan. de 2025.
- NETO, Luiz Bezerra. **Educação do campo ou educação no campo?**. Revista HISTEDBR on-line, v. 10, n. 38, p. 150-168, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639696/7263> acesso em 6 de jan. de 2025.